Voto do Relator 02321/2024-2

Produzido em fase anterior ao julgamento

Processos: 01713/2024-2, 01581/2023-5, 05444/2022-1
Classificação: Embargos de Declaração
Setor: GAC - Rodrigo Coelho - Gabinete do Conselheiro Rodrigo Coelho
Criação: 22/05/2024 21:37
UG: PMCI - Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
Relator: Rodrigo Coelho do Carmo
Interessado: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO, VICTOR DA SILVA COELHO, MYLENA GOMES LOPES ZUCCON, TICIANO YAZEGY PERIM
Recorrente: FUNDACAO EDUCACIONAL VALE DO ITAPEMIRIM - FEVIT.
Procuradores: LUCIANO CEOTTO (OAB: 9183-ES), TICIANO YAZEGY PERIM (OAB: 18406-ES)

Assinado por
RODRIGO COELHO DO CARMO
05/06/2024 22:20

Processo TC:	01713/2024-2
Unidade Gestora:	PMCI - Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
Classificação:	Embargos de Declaração
Interessados:	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, VICTOR DA SILVA COELHO, MYLENA GOMES LOPES ZUCCON, TICIANO YAZEGY PERIM
Recorrente:	FUNDACAO EDUCACIONAL VALE DO ITAPEMIRIM - FEVIT

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – NÃO CONHECER – REDISCUSSÃO DE MÉRITO – CIÊNCIA – ARQUIVAR.

1. Os embargos de declaração são recursos com fundamentação vinculada, de forma que é imprescindível que as razões recursais demonstrem que o acórdão ou parecer prévio se mostrou obscuro, contraditório ou omisso, nos termos do art. 167 do RITCEES.

O EXMO. SR. CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO:

1 - RELATÓRIO

Tratam os autos de Embargos de Declaração, interpostos pela Fevit - Fundação Educacional Vale do Itapemirim, representado por seu Diretor, senhor Ticiano Yazegy Perim, em face do Acórdão TC 226/2024, proferido pelo Plenário desta Corte de Contas, nos autos do Processo TC 1581/2023, em julgamento no recurso de Pedido de Reexame manejado pelo ora Embargante e ao qual foi conferido provimento parcial, nos seguintes termos:

1. ACÓRDÃO TC-0226/2024:

Assinado digitalmente. Conferência em www.tcees.tc.br Identificador: BB802-33698-6642E

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas em:

1.1. Conhecer o Pedido de Reexame, presentes os requisitos de admissibilidade disposto no art. 395 do RITCEES;

1.2. Dar provimento parcial ao recurso, concedendo o **prazo de 1 (um) ano** para o cumprimento das determinações dos itens 1.2 e 1.3 do Acordão TC 99/2023 – 2ª Câmara, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos pela Instrução Normativa 82/2022 ou; o mesmo prazo fica fixado para a hipótese de ser diligenciada eventual alteração da norma constitutiva da Recorrente para classificá-la como fundação de apoio, observados os critérios legais, caso em que passaria a fundação a ter a obrigatoriedade de licitar e realizar concurso público apenas para suas atividades-meio;

1.3. Notificar o atual Prefeito com vistas a que lhe seja dado conhecimento sobre as nuances postas no presente voto, pelo contexto que orbita à municipalidade, eis que esta é a origem do ente fundacional;

1.4. Dar ciência aos interessados;

1.5. Arquivar após o trânsito em julgado.

2. Por maioria, nos termos do voto do relator, conselheiro Rodrigo Coelho do Carmo. Vencido o conselheiro em substituição Donato Volkers Moutinho, que divergiu, acompanhando os pareceres técnico e ministerial.

3. Data da Sessão: 07/03/2024 - 10ª Sessão Ordinária do Plenário.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Domingos Augusto Taufner (presidente), Rodrigo Coelho do Carmo (relator), Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

4.2. Conselheiro substituto: Donato Volkers Moutinho (em substituição, conforme Ato Convocatório nº 1/2024).

Os autos foram remetidos à Secretaria Geral das Sessões – SGS com vistas à certificação da tempestividade recursal, ocasião em que o setor considerou os prazos de publicação da decisão recorrida e de interposição do recurso, por meio do Despacho 10021/2024-1 (evento 4). bem como providenciou o apensamento do Processo TC 1581/2023.

Em seguida, submeteu-se o processo à instrução, do que resultou a elaboração da Instrução Técnica Recursal 0211/2024-2 (evento 07), cuja proposta de encaminhamento se deu nos seguintes termos:

4 CONCLUSÃO

Assinado digitalmente. Conferência em www.tcees.tc.br Identificador: BB802-33698-6642E

4.1 Diante das razões fáticas e jurídicas expostas na presente Instrução Técnica de Recurso opina-se:

4.1.1 pelo **CONHECIMENTO** do recurso de Embargos de Declaração interposto pela Fevit - Fundação Educacional Vale do Itapemirim, sendo-lhe, no mérito, **NEGADO PROVIMENTO** ante o **não acolhimento das razões recursais**, mantendo-se, em todos os seus termos, o judicioso Acórdão TC 226/2024-Plenário;

4.2 Sugere-se, ainda, em conformidade com os precedentes firmados no Acórdão TC 790/2022-Plenário (Processo TC 631/2022) e Acórdão TC 1054/2022-Plenário (Processo TC 3988/2022), para fins de cientificação prévia do responsável, que seja consignado, na parte dispositiva do acórdão a ser emitido nestes autos, a seguinte parêmia: "fica a parte advertida de que a interposição de embargos declaratórios manifestamente protelatórios poderá implicar em sanção de multa prevista no art. 135, XIII, da Lei Complementar 621/2012 (Lei Orgânica do TCEES) c/c art. 389, XII, do Regimento Interno do TCEES".

Diante disso, foram os autos ao Ministério Público de Contas, que se manifestou por meio do Parecer 1538/2024-1 (evento 10), da lavra do Procurador Heron de Oliveira, de onde se extrai sua divergência com a proposta contida na ITR 0211/2024-2, opinando pelo não conhecimento dos embargos de declaração analisados, por entender estar ausentes os requisitos necessários, diante da falta de cabimento, com fulcro no art. 167 da LC 621/2012, art. 1022, I, II e III, da Lei 13.105/2015, art. 411 da Resolução TC 261/2013.

É o que importa relatar.

2 - FUNDAMENTAÇÃO

2.1) Dos requisitos de admissibilidade recursal.

2.1.1) Tempestividade.

Assinado digitalmente. Conferência em www.tcees.tc.br Identificador: BB802-33698-6642E

Compulsados os autos verifica-se o Despacho 10021/2024-1 (evento 04), da Secretaria Geral das Sessões - SGS, em que se constata a informação de que os **Embargos de Declaração** interpostos pela Fevit - Fundação Educacional Vale do Itapemirim, representado por seu Diretor, senhor Ticiano Yazegy Perim, foram protocolizados em 22/03/2024 e que a notificação do Acórdão TC 226/2024-Plenário, foi disponibilizada no Diário Oficial Eletrônico deste Tribunal em 18/03/2024, considerando-se publicada no dia 19/03/2024.

Verifica-se ainda que, considerando o disposto no art. 411, § 2º[1] do Regimento Interno deste Tribunal, o prazo para interposição de Embargos de Declaração em face da mencionada decisão expirou em 25/03/2024, data em que foi apresentado. Portanto, os presentes embargos são **tempestivos**.

2.1.2) Admissibilidade.

Quanto à regularidade formal, requisito extrínseco de admissibilidade que consiste na necessidade de o recorrente atender às formalidades especificadas na norma de regência para o processamento do recurso interposto, verifica-se o seu atendimento visto que, em cumprimento ao disposto no art. 395, I, III, IV e V, do RITCEES, o expediente recursal foi apresentado por escrito, com a necessária qualificação e identificação do recorrente, contém o pedido e a causa de pedir, além de ter sido firmado por procurador regularmente constituído nos autos.

Em sede de admissibilidade, verifica-se ser a parte capaz e possuir interesse e legitimidade processuais.

[1] **Art. 411**. Caberão embargos de declaração quando houver obscuridade, omissão ou contradição em acórdão ou parecer prévio emitido pelo Tribunal.
§ 2º Os embargos de declaração serão interpostos dentro do prazo improrrogável de cinco dias, contados na forma da Lei Orgânica do Tribunal

Assinado digitalmente. Conferência em www.tcees.tc.br Identificador: BB802-33698-6642E

2.1.3) Cabimento.

No que concerne ao cabimento dos Embargos, a Lei Complementar Estadual nº 621, de 08 de março de 2012, estabelece:

> **Art. 152.** Cabem os seguintes recursos nos processos em tramitação no Tribunal de Contas:
> [...]
> **III - embargos de declaração**;
>
> **Art. 167.** Cabem embargos de declaração quando houver **obscuridade, omissão ou contradição** em acórdão ou parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas.
>
> § 1º Os embargos de declaração serão opostos por escrito pela parte, pelo interessado ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, em petição dirigida ao Relator **com indicação do ponto obscuro, contraditório ou omisso, dentro do prazo improrrogável de cinco dias**, vedada a juntada de qualquer documento.
>
> **§ 2º** Os embargos de declaração interrompem os prazos para cumprimento do acórdão e parecer prévio embargados e para interposição dos demais recursos previstos nesta Lei Complementar.

Conforme se depreende dos referidos dispositivos legais, os embargos de declaração são cabíveis quando houver, no acórdão ou no parecer prévio, obscuridade, omissão ou contradição.

Haverá omissão quando a decisão não se manifestar acerca de um pedido, sobre alguma questão de ordem pública ou sobre argumentos relevantes para a questão. Caracterizará a obscuridade quando a decisão não possuir em si, clareza. Ainda, haverá contradição quando a decisão apresentar proposições incongruentes.

Partindo de tais pressupostos, fica afastado dos Embargos de Declaração a possibilidade de rediscussão acerca do mérito da decisão recorrida.

Nesse passo, em suas razões recursais, a recorrente Fevit contesta algumas determinações contidas no Acórdão TC 099/2023 e solicita revisão. No entanto, a ITR 0211/2024-2, concluiu que as razões apresentadas pela Fevit não são suficientes para

Assinado digitalmente. Conferência em www.tcees.tc.br Identificador: BB802-33698-6642E

justificar a revisão da decisão, sob a argumentação de que a Fevit se baseia em supostas omissões do Acórdão TC 226/2024, especialmente em relação ao não acolhimento do entendimento contido no Acórdão TC 597/2008 e da interpretação da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), além de questões relacionadas ao prazo concedido para o cumprimento das determinações.

Entretanto, a análise técnica mostra que o Acórdão TC 226/2024 abordou de maneira apropriada e fundamentada todas as questões suscitadas pela Fevit, rejeitando suas alegações de omissão. Demonstrou-se que os pontos em debate foram tratados de forma clara e abrangente.

Quanto ao prazo concedido e à suposta necessidade de um regime de transição, não há omissão por parte do Acórdão TC 226/2024 nesses aspectos. A ITR 0211/2024-2 conclui por recomendar a rejeição das razões recursais da Fevit, **negando provimento ao recurso de Embargos de Declaração**, destacando que esse tipo de recurso não se destina a reexaminar o mérito da decisão, mas sim a corrigir eventuais omissões, obscuridades ou contradições, sugerindo, ainda, para fins de cientificação prévia do responsável, que a interposição de embargos declaratórios manifestamente protelatórios poderá implicar em sanção de multa prevista no art. 135, XIII, da Lei Complementar 621/2012 (Lei Orgânica do TCEES) c/c art. 389, XII, do Regimento Interno do TCEES".

De outro lado, ao examinar minuciosamente as alegações apresentadas pela parte Embargante, entendo por acompanhar o posicionamento ministerial, consignado no Parecer 1538/2024-1, em que sugere o não conhecimento dos Embargos de Declaração e a manutenção do Acórdão TC 226/2024 em seus termos originais, eis que ausentes os pressupostos de admissibilidade do recurso.

Explico.

Primeiro ponto, a escolha da via recursal, considerando a natureza dos embargos de declaração, é importante destacar que essa modalidade recursal se presta apenas à correção de eventuais omissões, contradições ou obscuridades na decisão embargada.

Contudo, verifica-se que a Fevit, por meio dos embargos, busca rediscutir o mérito do caso, o que não está em consonância com a finalidade dos Embargos de Declaração, que têm como objetivo principal corrigir vícios na decisão recorrida. No presente caso, a Fevit utiliza os embargos para rediscutir o mérito do acórdão, o que não se coaduna com a natureza dessa via recursal, conforme o artigo 167 da Lei Complementar Estadual 621/2012, no artigo 1.022, I, II e III da Lei 13.105/2015 e no artigo 411 da Resolução TC 261/2013.

Segundo ponto, como bem mencionado pelo MPC, recai sobre o interesse público envolvido no caso. Aceitar a rediscussão do mérito por meio dos embargos de declaração poderia resultar em protelação do processo, ferindo os princípios da celeridade e eficiência processual, além de prejudicar a correta aplicação da lei e a defesa do interesse coletivo. Não é demais enfatizar que, caso os presentes embargos de declaração sejam conhecidos estar-se-á inaugurando um perigoso precedente, admitindo-se que as oportunidades recursais se prolonguem no tempo, infinitamente, mediante a interposição desta via específica, não somente para tratar de omissões, contradições ou obscuridades na decisão recorrida, mas como mais uma oportunidade de impugnar a decisão recorrida, além do recurso previsto.

Diante do exposto, acompanho entendimento do Ministério Público de Contas pelo não conhecimento do Embargos de Declaração apresentados pela Fevit, bem como pela manutenção do Acórdão TC 226/2024 em seus termos originais, tendo em vista a inexistência de omissões, contradições ou obscuridades a serem sanadas e pela necessidade de preservação da integridade e eficácia das decisões proferidas pelo Tribunal de Contas.

3 – CONCLUSÃO

Assinado digitalmente. Conferência em www.tcees.tc.br Identificador: BB802-33698-6642E

Posto isto, divergindo do entendimento técnico e acompanhando o posicionamento do Ministério Público de Contas, VOTO para que seja adotada a deliberação que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

RODRIGO COELHO DO CARMO
Conselheiro Relator

Acórdão

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, ACÓRDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em Sessão Colegiada, ante as razões expostas pelo Relator, em:

1. Não conhecer os Embargos de Declaração, em razão do não atendimento dos requisitos necessários à utilização desta restrita via recursal, ante a inexistência de alegações plausíveis do ora recorrente que indiquem a existência de omissão, obscuridade ou contradição no parecer prévio recorrido, conforme impõem os artigos 1022, I, II e III, da Lei 13.105/2015, 167, § 1º, da Lei Orgânica deste Tribunal, Lei Complementar Estadual nº 621/2012 e 411, § 2º, do Regimento Interno desta Corte, Resolução TC nº 261/2013;

2. Dar ciência ao Embargante que a interposição de embargos declaratórios manifestamente protelatórios poderá implicar em sanção de multa prevista no art. 135, XIII, da Lei Complementar 621/2012 (Lei Orgânica do TCEES) c/c art. 389, XII, do Regimento Interno do TCEES";

3. Manter incólume o Acórdão TC 226/2024;

4. Remeter os autos ao Ministério Público de Contas, após a confecção deste Acórdão, nos termos do art. 62, parágrafo único da LC nº 621/2012;

Assinado digitalmente. Conferência em www.tcees.tc.br Identificador: BB802-33698-6642E

5. Arquivar os autos após o trânsito em julgado.

Assinado digitalmente. Conferência em www.tcees.tc.br Identificador: BB802-33698-6642E